

## A TOLICE DA INTELIGÊNCIA BRASILEIRA - OU COMO O PAÍS SE DEIXA MANIPULAR PELA ELITE

Alexandre Honig Gonçalves<sup>1</sup>  
*alexandrehgoucalves@gmail.com*

A *priori*, buscamos descrever brevemente o contexto político-social e econômico brasileiro em que a obra a ser resenhada foi pensada e redigida, a fim de qualificar e destacar a importância deste trabalho enquanto referência atual, efetiva e fundamental ao enriquecimento dos diálogos acadêmicos daqueles pensadores que se preocupam em adotar uma postura epistemológica crítica com relação ao panorama observado e vivido no Brasil.

Para tanto, compreendemos que, enquanto ordem e regime social simbólico e pragmático, o fascismo pode coexistir com o a democracia - quando este último termo é desconstruído e desconectado de sua base epistemológica - e, além disso, é apropriado pelos agentes das políticas liberais. Desta feita, em vez de sacrificar e prostrar a democracia aos interesses e exigências do capitalismo global de maneira objetiva, este conceito é trivializado e subjugado diuturnamente - nas esferas políticas, na mídia e, até mesmo, na academia - até o ponto em que este não se faz mais socialmente necessário e/ou compreensível em sua plenitude e, por fim, acaba sendo convertida exclusivamente aos desígnios do *mainstream*. Assim sendo, adentramos em um período histórico em que as sociedades podem ser híbridas, ou seja: politicamente democráticas (forma) e socialmente fascistas (conteúdo), frente às demandas e especificidades do mercado e seus operadores (SANTOS e MENEZES, 2009). Tal qual ocorre no Brasil contemporaneamente (TIBURI, 2015; SEVERIANO e DÓRIA, 2015).

De frente ao cenário supracitado, a obra intitulada: “A tolice da inteligência brasileira - ou como o País se deixa manipular pela elite” (272 págs.), teve sua primeira edição publicada pela Editora Leya, em 2015 e, fora escrita pelo professor e pesquisador: Jessé José Freire de Souza (Universidade Federal Fluminense). Este que possui graduação em Direito; mestrado e doutorado em Sociologia; três pós-doutorados e uma livre docência; escreveu e organizou 23 livros e mais de 100 artigos e capítulos de livros em

---

<sup>1</sup> Graduado em Relações Internacionais. Mestre em Geografia; Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados: UFGD.

diversas línguas, sobre temas diretamente ligados as áreas da teoria social, pensamento social brasileiro e estudos teórico/empíricos acerca da desigualdade das classes sociais no Brasil contemporâneo - e, que até o momento da ascensão e institucionalização do “novo governo” -, ocupava o cargo de Presidente do Ipea: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Com este livro organizado em quatro partes e dezesseis capítulos - para além do prefácio - a partir de um encadeamento escalar e cronológico impecável, Souza (2015), descreve, examina e conforma ideias e argumentos críticos que podem nos explicar a partir de uma abordagem teórica e histórica, as reais contradições que envolvem o Brasil e, de que forma classes sociais inteiras são feitas de tolas para que a reprodução de privilégios injustos sejam mantidos inalterados na condução dos rumos do Estado, suas instituições e suas das dinâmicas política, social e econômica, em proveito das elites - políticas e econômicas - instauradas no País.

No prefácio da obra, o próprio autor desnuda os traços simbólicos e pragmáticos que a sociedade brasileira enfrenta ao longo da vida de maneira acrítica e compassiva, demonstrando como se fundamentam e se alastram - de maneira livre - a ideologia e os interesses dos mais ricos do Brasil (1%), em detrimento da exploração do trabalho do restante da população (os 99% restantes). E, além disso, como o domínio das estruturas de poder, da informação e da inteligência, monopolizaram os recursos que deveriam ser de todos e, por conseguinte, abriram caminho para o empreendimento de uma violência simbólica, que permite a edificação de uma das sociedades mais desiguais e perversas do planeta (SOUZA, 2015).

Já na primeira parte do livro, em seis capítulos, Souza (2015), disserta acerca da construção e fundamentação do ideário social brasileiro por parte de expoentes da História, da Antropologia e da Sociologia nacional, tais como: Gilberto Freyre, Roberto DaMatta, Sérgio Buarque de Hollanda e Raymundo Faoro - dentre outros -, questionando academicamente, de maneira clara e objetiva, quais são os contextos e os objetivos inconfessáveis dos referidos autores em erigir e, difundir reflexões pseudocríticas em que a sociedade brasileira é retratada por meio de argumentos ardilosos, estabelecendo uma sistemática repetição das banalidades e axiomas de um senso comum permeado de preconceitos arraigados ao patrimonialismo historicamente vigente no controle do Estado brasileiro.

Elucidando esta exposição, é impreterível se utilizar do próprio vocábulo de Souza (2015, p. 90):

Nosso liberalismo hegemônico, na esfera pública, na grande imprensa conservador e, em boa parte do debate acadêmico é, certamente, uma das interpretações liberais mais mesquinhas, redutoras e superficiais que existe em escala planetária. Se fossemos completamente sinceros, teríamos de dizer que essa interpretação nada mais é, hoje em dia, que pura “violência simbólica”, sem nenhum aporte interpretativo efetivo e sem qualquer compromisso, seja com a verdade, seja com a dor e o sofrimento que ainda marcam, de modo insofismável, a maior parte da população brasileira.

Também nesta parte do livro, Souza (2015), discute com seriedade, quais são as bases teórico-metodológicas e, além disso, quais são as perspectivas políticas, ideológicas e epistemológicas dos referidos autores - liberais conservadores -, acerca da formação e da organização da sociedade brasileira. Estabelecendo valorosos argumentos que situam nossas realidades antropológicas, institucionais e econômicas a mesma altura de qualquer outra sociedade humana e/ou país - tanto em pontos positivos, quanto em negativos.

Reforçando suas ponderações sobre o quadro supracitado, mas, especificamente sobre a conjuntura atual no Brasil, Souza (2015, p. 11) indica que:

Daí ser fundamental compreender como intelectuais e especialistas distorcem o mundo para tornar todo tipo de privilégio injusto em privilégio merecido (...).  
(..) Não basta aos endinheirados controlar todos os grandes jornais e redes de TV para legitimar seus próprios interesses. Hoje em dia esses interesses precisam ser justificados de modo que pareçam razoáveis a fim de convencer os que são feitos de tolos por essas falsas justificações. (...) criando uma ciência para seus interesses, como de fato construíram para o Brasil.

Por conseguinte, na segunda parte do texto, em três matérias, Souza (2015), centra seus questionamentos e reflexões no aporte exclusivamente economicista da dimensão simbólica do capitalismo contemporâneo e, de que maneira esta abordagem se desdobra de maneira inequívoca, sobre o cotidiano da humanidade e - em especial - dos brasileiros. Indicando como a partir desta perspectiva, todo comportamento individual/social passa a ser induzido e traduzido por meio de estímulos econômicos, tendo, deste modo, todas as qualidades humanas reduzidas ao potencial das quantidades de “coisas úteis” a serem consumidas.

Nesse sentido, o autor do livro traça uma linha de pensamento em que desenvolve uma complexa narrativa em que observa e descreve como esta abordagem economicista - ao longo do tempo -, naturaliza as deformações, distorções e injustiças sociais que acometem o Brasil e como, por conseguinte, estas são secundarizadas nos discursos e nas práticas dos indivíduos, das instituições e dos governos. Criando e recriando um cenário de racismo de classe e, em igual medida, estabelecendo que todo mal - político, administrativo e econômico - é derivado da corrupção instalada - exclusivamente - no Estado. Ignorando e negando as responsabilidades da classe burguesa e da iniciativa privada para formatação e reforço deste drástico panorama em que vivemos.

Ainda no segundo segmento de seu livro, Souza (2015), traz consigo os argumentos e a construção teórica de Florestan Fernandes e, por sua vez, os questiona de maneira franca. Levantando dúvidas sobre a generalização e validade das ponderações e adágios feitos por Fernandes acerca da realidade e totalidade dos estigmas referentes e inerentes à sociedade brasileira.

Por sua vez, na terceira fração de seu livro, em quatro tópicos, Souza (2015), discute como o alinhamento espontâneo a uma ideologia opressiva a diversidade brasileira, acaba por enviesar - até mesmo - as perspectivas e análises acadêmicas sobre a situação do Brasil. Visto como é grande a capacidade de dominação ideológica, os debates científicos passam a ser colonizados em seus próprios termos e conceitos, impedindo os pensadores de perceber as diferenças na estruturação dos argumentos sobre as análises e julgamentos do contexto social brasileiro.

Além disso, o autor ainda descreve como esta perspectiva estreita afeta - em igual medida -, o cotidiano da população, uma vez que se estabelece uma forte influência e presença dos ideais capitalistas que fundamentam hierarquias valorativas e segregativas, a partir de mecanismos ocultos e opacos, que por fim, buscam ativamente estabelecer uma violência simbólica - naturalizada - no contato entre os extratos sociais, conformando um quadro de estamento socioeconômico e cultural internamente no País.

Especificamente, em escala internacional, Souza (2015), indica que: apesar de não ser verdade. A compreensão, a construção e o reforço do *status quo* das sociedades avançadas e a submissão das periféricas, acabam por prosseguir sob a mesma lógica de dominação ideológica intrínseca as sociedades locais, uma vez que existe uma série de pressupostos não explicitados que acabam por viciar os exames sobre as estruturas e

normas de funcionamento qualitativamente distintas em relação à formação - social, econômica, cultural, religiosa, etc. - de cada Estado. Criando e reproduzindo perniciosos argumentos políticos, midiáticos e pseudocientíficos que baseiam e reforçam e perpetuam a condição econômica e moral de cada Estado - evidentemente, a partir de uma perspectiva exclusivamente Ocidental, Eurocêntrica e/ou em prol de países como os Estados Unidos, que subjagam e corroem as potencialidades de países de fora deste eixo, tais como o Brasil, por exemplo. Idealizando um cenário que passa a ser inatingível frente aos “oportunos” condicionantes e prerrogativas inatos a cada país, segundo este ponto de vista.

Diante desta paisagem em tela, Souza (2015, p. 171), adverte:

Essa dificuldade se reproduz na consideração apenas do aspecto “material” do capitalismo, que se expandiu praticamente para todas as partes do globo, e no amesquinamento da dimensão simbólica à dimensão, quase sempre evitada de “violência simbólica”, da “cultura nacional” ou do “mito nacional”. Como a cultura nacional reflete, pelo menos em grande medida - com dizia com razão o Marx da ideologia alemã -, os interesses particulares das classes dominantes transformados em interesses de todo corpo social, estamos confrontando com a distorção da realidade quanto com sua fragmentação e redução ao elemento “material” na dimensão da comparação entre sociedades.

Na quarta e derradeira parte desta obra, Souza (2015), estabelece suas reflexões acerca de três importantes tópicos: I) sobre a cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais e a pobreza do debate político; II) as manifestações de junho (2013) e a cegueira política das classes; III) o golpismo de ontem e de hoje: considerações sobre o momento atual.

Sobre o item I, é relevante destacar que a união entre economicismo e culturalismo conservador turva a análise e plena compreensão sobre como se dá a estruturação social, que implica a consideração de capitais que não se restringem ao econômico, mas, sobretudo, a forma velada como as classes sociais são produzidas e reproduzidas historicamente no Brasil. Souza (2015, p. 236):

(...) as classes do privilégio não dispõem apenas dos capitais adequados para vencer na disputa social por recursos escassos, possuem também a “crença em si mesmo”, produto de uma autoconfiança de classe, tão necessária para enfrentar todas as inevitáveis intempéries (...) e, poder usufruir do “reconhecimento social” dos outros como algo tão natural

quanto respirar. As classes populares, ao contrário, não dispõem de nenhum dos privilégios de nascimento das classes média e alta. A socialização familiar é muitas vezes disruptiva, a escola é pior e muitas vezes consegue incutir com sucesso insegurança na própria capacidade, os exemplos bem-sucedidos na família são muito mais escassos, quando existentes, quase todos necessitam trabalhar muito cedo e não dispõem de tempo para os estudos, o alcoolismo, fruto do desespero com a vida, ou o abuso sexual sistemático, são também “sobrerrepresentados” nas classes populares.

E, por conseguinte, como esta situação avassaladora é ignorada sistematicamente pelas esferas políticas e, principalmente, pela mídia - que naturaliza estas pré-condições e, parte delas, para estabelecer suas interpretações e considerações -, ao longo do tempo, vão sendo apresentados casos de corrupção no Estado, crises de representação e no sistema político e, crises econômicas por conta do suposto “descontrole” dos gastos do governo. Entretanto, em hipótese alguma, o problema de fundo é abordado de maneira clara e objetiva: o abismo socioeconômico dentre os estratos sociais do Brasil, com suas causas, suas consequências e, principalmente, sobre as formas de mitigação deste horizonte.

A propósito do item II, Souza (2015), versa acerca da grande fraude encampada e reforçada pela mídia golpista com relação às manifestações de junho de 2013, em que a impressão a ser reforçada ao mundo todo, é a de que o Estado brasileiro é o vilão e a sociedade local - engajada, politizada, patriota e classe média/alta -, é o mocinho desta história de conto de fadas para adultos ingênuos e infantilizados. Entretanto, quem - por fim -, ganhou muito com as reivindicações que clamavam pelo fim da corrupção e pela mudança nos rumos da economia e política da nação, fora justamente às forças mais liberais conservadoras do País - justamente, o monstro a ser combatido.

Com a propagação - via redes sociais da *internet* e, os chamados e apelos intermitentes da mídia - a instauração deste exercício de “democracia” e “participação popular”, ao longo de todo território nacional, a classe média acabou por distorcer as demandas sociais legítimas e, garantiu na pauta de reivindicações das manifestações, a exclusividade de seus interesses - ocultando de maneira inconfessável -, seus privilégios injustos e excludentes.

Desta forma, este segmento social privilegiado garante de sobremaneira uma boa imagem, reforçando seus direitos a obter prestígio, reconhecimento e melhores salários e, além disso, a culpar as vítimas, de um processo social que torna invisível a injustiça - a

exploração, a miséria e o sofrimento diário -, como se fosse possível escolher esta condição de pobreza e humilhação. Souza (2015, p. 241), ainda completa sua reflexão indicando que:

(...) o fato de que a dominação social no Brasil se enfeita de outros atributos que não existem em outros lugares. Aqui, afinal, é o País em que a classe média “tira onda” de revolucionária, de agente de mudança e de lutadora por um “Brasil melhor”.

Entretanto, o insucesso desta artilosa campanha se deu com o resultado inegável das eleições presidenciais de 2014 - vencidas de maneira legítima e democrática pelo partido da situação. Todavia, este momento histórico, se consolidou como sendo o estopim da indignação das classes políticas conservadoras que lograram, inclusive, persuadir e contaminar parte importante das classes trabalhadoras ascendentes com seu discurso draconiano, incensadas pela mídia, que a cada dia apresentava um novo escândalo do “Petrolão”, envolvendo - exclusivamente e seletivamente - agentes do governo.

A solução, segundo os operadores e intelectuais do *apartheid* conservador, é o enlace lascivo aos desígnios do capital e do mercado, com efusivos elogios as práticas da gestão enxuta, do Estado mínimo, do superávit primário, da “racionalização” dos gastos públicos, etc.

Este panorama aliado à ausência crônica de debates sérios sobre a realidade brasileira, seja na academia, nos espaços públicos, na esfera política ou na mídia, torna um País tão rico e diverso como é o Brasil, com sua grande população, em uma multidão de tolos manipulados e incapazes de perceber os quais são os perigos que os assolam. Essa é uma cegueira que condena milhares de pessoas a uma vida indigna e, em igual medida, sentencia toda sua sociedade a uma reflexão amesquinhada e a uma vida apequenada em todas as suas dimensões (SOUZA, 2015).

Acerca do capítulo III, Souza (2015), anota suas reflexões críticas a respeito da edificação - *pari passu* - do *impeachment* (golpe), sofrido pela presidenta eleita democraticamente pela maioria dos cidadãos brasileiros votantes - ao seu segundo mandato consecutivo: Dilma Roussef. O autor ainda destaca que ao longo de todo ano de 2015 - e, parte de 2016 -, a presidenta, sua equipe de governo e figuras de prestígio e relevância política do Partido dos Trabalhadores (PT), tais como o ex-presidente: Luiz Inácio “Lula” da Silva foram violentamente e covardemente agredidos pela mídia e oposição -

historicamente - territorializada no Congresso Nacional. Sob suas exclusivas responsabilidades, todo o cômputo relativo à corrupção da esfera política brasileira foram-lhes arbitrariamente atribuídas, sem qualquer oportunidade de defesa pública e/ou jurídica.

Neste caso, para além da seletividade e parcialidade que todo este maligno processo fora retratado e conduzido, com a finalidade de enxovalhar a reputação e, principalmente, a ideologia do PT e, dos demais partidos de “esquerda” no Brasil. Ainda se logra - a todo custo - incinerar a imagem, a representatividade e o carisma de “Lula”, de forma a inviabilizar sua candidatura - e, possível reeleição - nas próximas eleições presidenciais de 2018.

Adicionalmente, Souza (2015), ainda destaca que, esta crise política criada e manipulada midiaticamente é mais uma comprovação empírica dos argumentos listados em seu livro: o tema da corrupção só pode ser utilizado para enganar e manipular a população, visto como sua definição e aplicação são arbitrárias, sendo utilizado de acordo com o interesse de quem o utiliza como forma de ataque.

Nesse sentido, o “moralismo” relativo à classe média no Brasil sempre foi extremamente seletivo e antidemocrático ao mesmo tempo. Sua seletividade implica em ver o mal sempre fora de si e, nunca em suas ações cotidianas de exploração e, seu caráter antidemocrático ficou evidentemente estampado nas manifestações dos “coxinhas politizados” - ocorridas ao longo de 2015/16 -, em que a pauta de reivindicação refletia apenas uma virtude idealizada mas, que fora apresentada por meio de brados retumbantes como sendo uma vontade geral, que se erigia como “apoio popular” aos interesses das elites conservadoras do País - uma perspectiva reducionista do problema e, ainda por cima, uma ilusão autoritária que traveste de “ordem e progresso” uma caminhada acelerada em direção ao fascismo (SOUZA, 2015).

Neste aspecto, a imprensa se estabeleceu como *player* fundamental, posto que legitimou e glorificou o assalto ao princípio basal da soberania do voto popular em um regime dito como sendo: democrático e representativo. De tal modo, Souza (2015, p 259), lembra que:

O jogo da pseudodemocracia moderna brasileira se armou: aproveitando o moralismo de fachada dos setores médios, baseados no ressentimento contra os de cima (sempre corruptos, especialmente no Estado) e o ódio contra os de baixo, destinado a ser astuciosamente insuflado sempre que a

imprensa, “neutra como o dinheiro”, visse seus interesses na ordem para poucos de algum modo ameaçado.

Todavia, em comparação com o golpe de 1964 e a instauração do regime militar no Brasil, poucos vêm - ou, preferem não ver - a similaridade. Uma vez que as discussões atuais estão presas à conjuntura, são pobres de referencial teórico metodológico e, sobretudo, se seguem sem qualquer perspectiva histórica. Entretanto, Souza (2015), observa que a única mutação realmente efetiva ocorrida neste processo contemporâneo em relação ao do passado próximo, é a figura instituída como sendo o bastião da moralidade, da ordem, da eficiência e do direito, do herói justiceiro que trabalha incansavelmente como guardião da ordem, para incorporar os anseios gerais da sociedade sobre o mal, perfazendo suas ações em um nível acima daqueles conquistados pelos agentes da esfera política contaminada do Brasil.

Os candidatos perfeitos para ocupar o hiato deixado pelos militares - por conta de sua truculência e, em igual medida, dos atos de corrupção -, vêm ao mundo, derivado do aparato dos órgãos de controle do governo e do judiciário criados pela Constituição de 1988, tais como: Polícia Federal (PF); Ministério Público (MP); Tribunal de Contas da União (TCU), que recrutam e abrigam seus quadros, prioritariamente, nas fileiras da classe média conservadora e moralista (SEVERIANO e DÓRIA, 2015; SOUZA, 2015).

Em seu último parágrafo, Souza (2015, p. 261), reflete e considera que:

Mudam-se as vestes e as fantasias, “moderniza-se” o golpe, substitui-se o argumento das armas pelo argumento “pseudo-jurídico”, amplia-se a aparência de “neutralidade”, sai de cena a baioneta e entra no palco da ópera bufa a toga arrogante e arcaica do operador jurídico, mas preserva-se o principal: quem continua mandando de verdade em toda a encenação do teatro de marionetes são os mesmo 1% que controlam a riqueza, o poder e instrumentalizam a informação a seu bel-prazer. Os outros 99% ou são manipulados diretamente, com a classe média “coxinha”, ou assistem de longe, bestializados, a um espetáculo o qual, como sempre, vão ter que pagar sem participar do banquete.

Por fim, esta é uma obra excepcional, que subsidia de sobremaneira a compreensão crítica da composição da sociedade brasileira e, em igual medida, descreve e analisa os fundamentos históricos e conceituais da atual crise política nacional - e, por conseguinte: o golpe. Por sua vez, este livro deve ser lido com avidez e estudado com

atenção e, só posteriormente, colocado a descansar na estante, bem ao lado de importantes autores e pensadores - clássicos e contemporâneos -, desta classe literária (ciência social crítica) e opção epistemológica. E, cabe destacar que este livro versa sobre um cenário contemporâneo e, extremamente, tangível. Desta forma, as reflexões contidas nele podem e devem ser utilizadas como sendo fonte para reconstrução da realidade a partir de pensamentos e intervenções inteligentes e equilibradas no cenário brasileiro (SOUZA, 2015).

#### REFERENCIAS CONSULTADAS

SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (org.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

SEVERIANO, M.; DÓRIA, P. **Golpe de Estado: o espírito e a herança de 1964 ainda ameaçam o Brasil**. São Paulo: Ed. Geração Editorial, 2015.

SOUZA, J. J. F. **A tolice da inteligência brasileira - ou como o País se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Ed. Leya, 2015.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2015.

Submetido em: 31 de maio de 2015

Aceito em: 04 de agosto de 2016